

## Brasil indica, e Mercosul aprova Ricardo Lewandowski para tribunal do bloco

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil anunciou na terça-feira (4) a aprovação do ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski para o cargo de árbitro do TPR (Tribunal Permanente de Revisão) do Mercosul, bloco econômico formado por países sul-americanos.

O mandato de Lewandowski terá início em 28 de julho. No ano que vem, a presidência do TPR caberá ao brasileiro. Nomeado ao STF em 2006, ele deixou a corte em abril passado. Para a vaga do ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou o advogado Cristiano Zanin, já aprovado pelo Senado.

O TPR foi criado em 2002 e tem como atribuição mediar controvérsias entre os países do Mercosul. Para isso, os árbitros do tribunal devem interpretar e propor medidas para o cumprimento das normas do bloco.

O Mercado Comum do Sul, também conhecido pela sigla Mercosul, atualmente é formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e tem como países associados os outros sete sul-americanos, com exceção da Venezuela, suspensa em 2016 por violar as cláusulas do bloco.

A Bolívia está desde 2012 em um processo de adesão ao Mercosul que depende da aprovação do Congresso brasileiro - o chanceler Mauro Vieira disse que quer avançar nos trâ-

mites nos próximos meses.

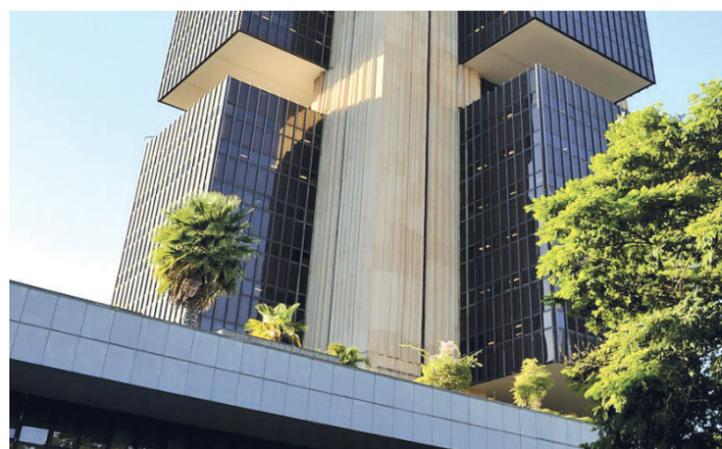
Entre os objetivos da organização está a geração de oportunidades comerciais e de investimentos entre os países. Nesta terça, o Brasil voltou a assumir a presidência do Mercosul após um hiato de 13 anos. Durante encontro de líderes do bloco, Lula disse que não está a par dos detalhes da exclusão de opositores nas eleições da Venezuela e voltou a defender diálogo com o regime de Nicolás Maduro.

Os principais nomes da oposição venezuelana foram inabilitados a exercer cargos públicos na última sexta-feira (30) por decisão da Controladoria-Geral, o que, na prática, sepultou as perspectivas de eleições livres e democráticas que Maduro disse que faria em 2024.

Folhapress



### Economia



**Comissão do Senado aprova indicados para diretorias do Banco Central**

Página - 03

**Vendas de veículos superam em 7,37% o volume do 1º semestre de 2022**

Página - 03



**Startup de micromercados autônomos bate marca de 600 lojas**

Página - 05

**Startup de headphones modulares recebe aporte de R\$ 2 milhões para internacionalizar**

Página - 05



### Política

**Relator da reforma tributária avalia meio-termo em Conselho Federativo para tentar atrair SP**

Página - 04

**Não temos interesse em acordo que nos condene a exportadores de matérias-primas, diz Lula**

Página - 04

## No Mundo

### Ataque com drones fecha aeroporto internacional em Moscou



Um ataque com drones atribuído à Ucrânia fechou o aeroporto internacional de Vnukovo, em Moscou, um dos três principais que servem a capital russa. Trata-se da primeira vez que isso ocorre desde que o chefe do Kremlin, Vladimir Putin, invadiu o país vizinho, no final de fevereiro do ano passado.

Segundo a chancelaria russa, na ação, classificada de “terrorismo contra infraestrutura civil” promovido pelos ucranianos, cinco drones de longa distância foram lançados contra o país quatro dos quais contra a capital, e um na região de Kaluga.

Todos foram derrubados ou desabilitados eletronicamente,

segundo a pasta. Não é a primeira vez que Moscou é atacada de forma pontual, em ações desenhadas para gerar insegurança civil.

A Ucrânia ataca com mais intensidade, usando artilharia, a região fronteiriça de Belgorodo. “A tentativa do regime de Kiev de atacar uma área de infraestrutura civil, incluindo o aeroporto, que incidentalmente também recebe voos estrangeiros, é mais um ato de terrorismo”, disse Maria Zakharova, porta-voz da chancelaria.

Vnukovo ficou fechado durante a madrugada desta terça-feira (4), noite de segunda no Brasil, por algumas horas. Voos vindos de Turquia, Egito e Emirados

Árabes Unidos, entre outros, foram desviados até a reabertura das pistas, às 8h. A principal companhia internacional que ainda opera no aeroporto é a Turkish Airlines. Ancara, apesar de ser membro da Otan, a aliança militar ocidental, não aderiu às sanções que baniram voos de e para a Rússia desde o início da guerra.

Vnukovo é, com Cheremetievo e Domodedovo, parte da tríade de aeródromos comerciais da capital. Há ainda Jukovski, menos utilizado, e um grande número de pistas de uso militar e privado. As defesas aéreas de Moscou foram reforçadas desde maio, quando houve ataques diretos contra a capital. Igor Gielow/Folhapress

### Uruguai e Paraguai criticam Venezuela e cobram posição clara do Mercosul

Os presidentes do Uruguai, Luis Lacalle Pou, e do Paraguai, Mario Abdo Benítez, criticaram a exclusão de opositores nas eleições na Venezuela durante a cúpula do Mercosul na terça-feira (4) e cobraram uma posição clara do bloco em relação ao regime do ditador Nicolás Maduro, suspenso do grupo desde 2016.

“Todos aqui sabemos o que pensamos sobre o regime venezuelano, todos temos opinião clara. É preciso que sejamos objetivos”, discursou o líder uruguaio. “Está claro que a Venezuela não vai virar uma democracia saudável, e quando há um indício de possibilidade de uma eleição, uma candidata como María Corina Machado, que tem um enorme potencial, é desqualificada por motivos políticos, não jurídicos.”

Ele seguiu: “Alguém pode dizer: o que isso tem a ver com o Mercosul? Tem a

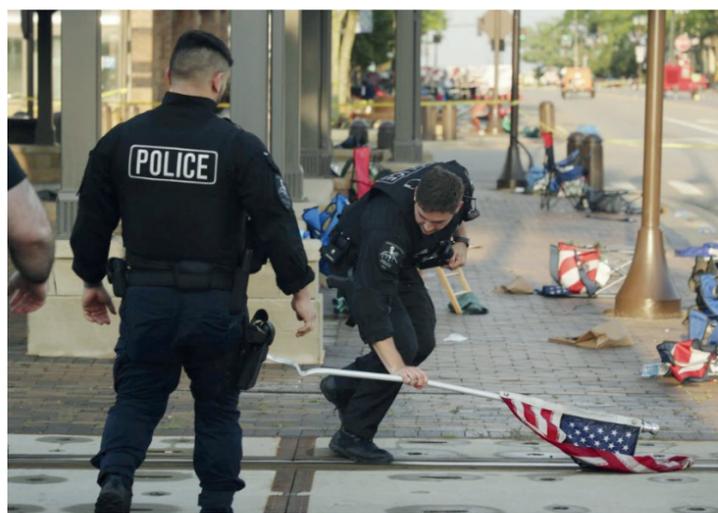
ver porque os distintos blocos e associações do mundo alçaram sua voz a favor da democracia. [...] Tem que haver um sinal claro para que o povo venezuelano possa se encaminhar a uma democracia plena, o que hoje claramente não tem.”

Os principais nomes da oposição venezuelana foram inabilitados a exercer cargos públicos na última sexta-feira (30) por decisão da Controladoria-Geral do país, o que na prática sepultou as perspectivas de eleições livres e democráticas que Maduro disse que faria em 2024.

A ex-deputada María Corina Machado, hoje a principal opositora, ficou inelegível por 15 anos. Henrique Capriles, duas vezes candidato à Presidência, e Juan Guaidó, que chegou a ser reconhecido como presidente interino em 2019, por mais de 50 países, tampouco poderão disputar o pleito no ano que vem.

Julia Barbon/Folhapress

### Série de tiroteios em festas do 4 de julho nos EUA deixa 9 mortos e 38 feridos



Quando o trágico episódio de Highland Park, nos arredores de Chicago, do ano passado, quando um atirador disparou contra uma multidão em um desfile do feriado de independência dos Estados Unidos, as comemorações do 4 de julho deste ano foram marcadas por atentados a tiros que já somam nove mortes e 38 feridos.

Na segunda-feira (3), um tiroteio ocorreu pouco antes da meia-noite em Fort Worth, no Texas, sul do território, causou ao menos três mortes e deixou oito pessoas feridas. À CNN, a polícia local informou que seus agentes encontraram vários indivíduos baleados em um esta-

cionamento em um bairro da cidade conhecido pelas festividades que realiza em antecipação aos desfiles da data. A causa da violência ainda é, porém, incerta de acordo com as autoridades, ainda é cedo para afirmar se ela está relacionado a disputas de gangues locais ou outros.

Na mesma noite, na Filadélfia, na costa leste do país, um ataque deixou ao menos quatro mortos, além de duas crianças feridas. O suspeito é um homem com cerca de 40 anos equipado com um fuzil, um revólver, um colete à prova de balas e um rádio comunicador que foi detido pela polícia.

Os dois incidentes foram antecidos por um tiroteio

em uma tradicional festa de uma vizinhança da cidade de Baltimore, localizada a cerca de 60 quilômetros da capital, Washington, no domingo (2). Duas pessoas morreram na ocasião, e outras 28 ficaram feridas destas, 15 eram adolescentes, com idades que iam dos 13 aos 17 anos. Até esta segunda, sete das vítimas ainda estavam internadas, quatro em situação grave, e os suspeitos pelo crime não haviam sido localizados pela polícia.

A série de eventos ilustra o crescimento dos tiroteios em massa (definidos como ataques em que quatro ou mais pessoas são baleadas, com exceção do atirador) em curso nos Estados Unidos desde o início da pandemia. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

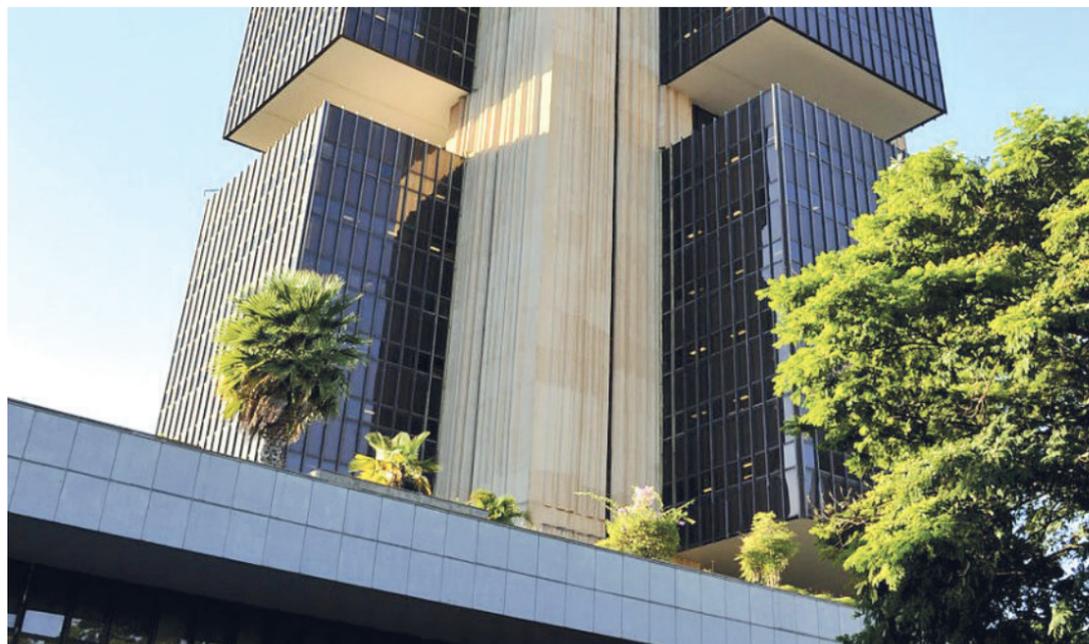
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Comissão do Senado aprova indicados para diretorias do Banco Central



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, na terça-feira (4), a indicação Gabriel Galípolo e Ailton de Aquino Santos para diretorias do Banco Central. Os dois foram indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, para os cargos de diretor de Política Monetária e de Fiscalização do banco. Galípolo foi aprovado por 23 votos a 2 e Aquino Santos por 24 a 1. Os nomes dos dois candidatos seguem para votação no plenário do Senado, ao qual cabe a palavra final sobre as indicações.

Formado em ciências econômicas, Galípolo exercia a função de secretário executivo do Ministério da Fazenda.

Durante a sabatina, ele disse que está aberto ao diálogo e terá como desafio conciliar as políticas monetária e fiscal.

Galípolo listou uma série de medidas adotadas pelo ministério, como a elaboração do novo arcabouço fiscal e soluções para redução do déficit primário, e disse que estas gerariam melhoria significativa do ambiente econômico e afastariam teses como a de que “o povo não cabe no Orçamento” da União e de que não cabe a um economista “impor o que ele entende ser o destino econômico” do país, sem considerar a “vontade democrática” dos representantes eleitos.

“Durante muito tempo, acho que nós, economistas,

utilizamos a necessidade da discussão técnica para tentar interditar o debate econômico ou da economia como um espaço para a vontade democrática ou para o debate público. Não cabe a nenhum economista, por mais excelência que ele tenha, impor o que entende ser o destino econômico do país à revelia da vontade democrática e dos seus representantes eleitos”, afirmou.

Galípolo também falou sobre a proposta de criação de uma moeda comum para o Mercosul e disse aos senadores que esta não visa substituir moedas nacionais, mas facilitar as relações de livre comércio e interação econômica entre os países do bloco.

Luciano Nascimento/ABR

## Vendas de veículos superaram em 7,37% o volume do 1º semestre de 2022

O total de automóveis emplacados no primeiro semestre deste ano foi de 733.442 unidades, superando em 7,37% o volume da primeira metade de 2022. De acordo com balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), divulgado ontem (4), o acumulado do ano passado contabilizava 683.129 unidades desse tipo de veículo.

Quanto a essa categoria de veículo, de maio para junho deste ano, houve um aumento de 11,41%, passando 127.478 para 142.017 emplacamentos. Ao se comparar o resultado de junho deste ano com o de 2022, constata-se também um crescimento de 6,33%.

No levantamento da entidade, destacam-se duas quedas significativas, quando se confrontam dados de junho de

2022 e junho de 2023. A maior delas, de 28,86%, diz respeito a emplacamentos de caminhões. A segunda, de 21,84%, é referente aos segmentos de caminhões e ônibus.

Em movimento contrário, estão os comerciais leves e as motocicletas. Fazendo-se a mesma comparação, entre junho do ano passado e deste ano, tiveram variação positiva de 18,19% e 16,09%, respectivamente.

Para o presidente da entidade, Andreta Júnior, o incentivo do governo federal fez com que o segmento de automóveis “voltasse a bater o coração”, mas é necessário se pensar medidas de forma mais ampla, para que o bom desempenho do setor se sustente. Ele disse ainda que a Fenabreve irá entregar ao governo uma proposta nesse sentido, em breve.

ABR



## Produção de petróleo e gás no pré-sal cresce 5,9% de abril para maio



O Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural de maio, divulgado na terça-feira (4) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), revela que a produção na região do pré-sal alcançou 3,196 milhões de barris de óleo equivalente por dia. Esse total corresponde a 77,8% da produção brasileira. Foram produzidos 2,510 milhões de barris diários de petróleo e 109,16 milhões de metros cúbicos por dia (m<sup>3</sup>/d) de gás natural, em 144 poços. O aumento registrado foi de 5,9% em relação a abril deste ano e de 12,7% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

No total, em maio de 2023, foram produzidos no país 4,110 milhões de barris de óleo equivalente por dia, sendo 3,201 milhões de barris de petróleo e 144,410 milhões de metros cúbicos de gás natural. No petróleo, houve aumento de 1,9% na comparação com o mês anterior e de 11,2% em relação a maio de 2022. No gás natural, a produção aumentou 2% ante abril de 2023 e 9,6% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Segundo a ANP, variações na produção são esperadas. Elas podem ocorrer devido a fatores como paradas programadas de unidades de produção para manutenção, entrada em operação de poços, parada de poços para

manutenção ou limpeza, início de comissionamento de novas unidades de produção, entre outros. A ANP considera que tais ações são típicas da produção de petróleo e gás natural e visam a uma operação estável e contínua, bem como ao aumento da produção ao longo do tempo.

Em maio, o aproveitamento do gás natural foi de 97,1%. Foram disponibilizados ao mercado 51,22 milhões de m<sup>3</sup>/d e a queima foi de 4,14 milhões de m<sup>3</sup>/d. Houve aumento na queima de 6,9% em relação ao mês anterior e redução de 9,4% na comparação com maio de 2022.

Em maio, os campos marítimos produziram 97,7% do petróleo e 86,6% do gás natural.

Alana Gandra/ABR

## Política

### Relator da reforma tributária avalia meio-termo em Conselho Federativo para tentar atrair SP



O relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), trabalha em uma proposta intermediária para tentar resolver o impasse em torno da centralização da arrecadação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) no chamado Conselho Federativo.

O IBS é o imposto que resultará da fusão do ICMS estadual com o ISS municipal, caso a reforma seja aprovada pelo Congresso.

Em seu substitutivo, Ribeiro propôs a criação do Conselho, que teria a atribuição de arrecadar o novo tributo e fazer a distribuição dos recursos para estados e municípios.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), resiste à ideia

e defende um mecanismo de câmara de compensação, segundo o qual os estados continuam responsáveis pela arrecadação, mas depois efetuariam o repasse das parcelas que cabem a outros estados.

A proposta em construção agora seria um meio-termo entre os dois modelos. De acordo com pessoas envolvidas nas discussões, haveria a retenção do tributo recolhido ao longo do processo de produção dentro dos municípios (como na aquisição de insumos), até que haja a venda do bem ou serviço ao consumidor final.

Se todas as operações ocorrerem entre municípios de um mesmo estado, a câmara de compensação executaria a distribuição dos recursos dentro do próprio estado.

Caso haja operações interestaduais, o processo é um pouco mais complexo. Vários especialistas têm apontado que o modelo de câmara de compensação cria um problema para os contribuintes cobrarem seus créditos tributários para abater do valor a pagar em impostos.

Segundo interlocutores, a proposta em discussão prevê nesse caso a retenção de uma parte do valor do tributo junto ao Conselho Federativo. Essa parcela funcionaria como uma espécie de garantia para os contribuintes resgatarem seus créditos, mesmo que o recolhimento tenha sido feito em outro estado. Publicamente, o relator tem evitado dar detalhes sobre o andamento dessa discussão, dada a sensibilidade do tema.

Idiana Tomazeli/Folhapress

### Governo ignora promessa de Lula, descarta propostas e privilegia aliados com verba

Antes de começar a liberar os R\$ 9,9 bilhões que herdou das emendas de relator, o governo Lula (PT) criou regras de controle, editou atos internos, fez lives com prefeituras, desenvolveu sistemas para receber propostas do Brasil todo, mas, na prática, tem distribuído o dinheiro na base de acordos políticos.

Mais de 45 mil projetos foram cadastrados por municípios em apenas dois ministérios: o da Saúde (ao menos 37 mil propostas) e o da Agricultura (8 mil).

No entanto os repasses autorizados pelo governo seguem privilegiando aliados do Palácio do Planalto e da cúpula do Congresso, especialmente do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Durante a campanha eleitoral e após tomar posse Lula tem repetido que não olha a filiação partidária de deputados, senadores e governadores

para repasse de verba e proposição de parcerias federais.

É na Câmara dos Deputados onde o governo tem enfrentado maior resistência a projetos de interesse de Lula. As primeiras liberações também atenderam a demandas de ministros.

De R\$ 250 milhões empenhados pelo Ministério da Agricultura, mais de R\$ 130 milhões foram para projetos em Mato Grosso, reduto eleitoral de Carlos Fávaro (PSD).

Enquanto todos os R\$ 50 milhões destravados pelo Ministério das Cidades serviram para uma obra em Belém (PA), onde a família do titular da pasta, Jader Filho, tem longa carreira política.

Procuradas, as pastas da Saúde, Agricultura e Cidades não responderam se houve participação do Palácio do Planalto ou de parlamentares para a seleção das propostas que receberam repasses.

Matheus Vargas/Folhapress



### Não temos interesse em acordo que nos condene a exportadores de matérias-primas, diz Lula



O presidente Lula (PT) usou seu primeiro discurso na cúpula do Mercosul deste mandato para voltar a criticar as novas exigências ambientais da União Europeia no acordo de livre comércio com o Mercosul e disse que não tem interesse em “acordos que nos condenem a exportadores de matérias-primas”. “O Instrumento Adicional apresentado pela União Europeia em março deste ano é inaceitável. Parceiros estratégicos não negociam com base em desconfiança e ameaça de sanções”, repetiu ele na terça (4) aos presidentes da Argentina, Uruguai e Paraguai. “Não temos interesse em acordos que nos condenem ao eterno papel de ex-

portadores de matéria primas, minérios e petróleo”, disse.

O presidente também prometeu revisar e avançar em acordos com Canadá, Coreia do Sul e Singapura durante o próximo semestre em que assume a presidência do bloco: “Vamos explorar novas frentes de negociação com parceiros como a China, a Indonésia, o Vietnã e com países da América Central e Caribe.”

Horas antes, em live nas suas redes sociais, Lula havia novamente firmado sua posição em relação à carta da União Europeia.

“Nós queremos discutir o acordo, mas nós não queremos imposição para cima de nós. É um acordo de companheiros, de parceiros estratégicos, então nada de um

parceiro estratégico colocar a espada na cabeça do outro. Vamos sentar, vamos tirar as nossas diferenças e vamos ver o que é bom para os europeus, para os latino-americanos, para o Mercosul e para o Brasil”, afirmou em live nas redes sociais. “Tal como [a carta] foi escrita ela era inaceitável, e é inaceitável. Porque você não pode pensar que um parceiro comercial seu pode te impor condições: ‘Se você não fizer tal coisa eu vou te punir, se você não cumprir o acordo de Paris eu vou te punir’. Acontece que os países ricos não cumprem nenhum dos acordos”, continuou, citando como exemplo os protocolos de Kyoto, de Paris e do Rio de Janeiro.

Matheus Teixeira/Folhapress

## Startup de headphones modulares recebe aporte de R\$ 2 milhões para internacionalizar



A Kuba Audio, startup brasileira que produz headphones e equipamentos de áudio com design modular, que acaba de receber um investimento de R\$ 2 milhões do Fundo Desenvolve Amazônia, que tem a E3 Negócios como consultoria técnica especializada em empresas de base tecnológica. Com o novo aporte, a empresa agora busca conquistar o mercado europeu com seus headphones e acelerar o crescimento no mercado B2B nacional.

Fundada em 2016 por Leonardo Drummond e Eduarda Vieira, a Kuba nasceu de uma insatisfação dos sócios com a obsolescência programada tradicional da indústria de áudio. Através da proposta

de design modular, a empresa busca expandir a vida útil dos seus fones, permitindo atualizações contínuas à medida que novas tecnologias surgem. A abordagem também permite a fácil manutenção dos produtos, possibilitando a oferta de garantias estendidas superiores às de marcas consolidadas no mercado.

Esse é o terceiro investimento recebido pela empresa. O primeiro aconteceu em 2017, resultado de uma parceria da FIRJAN com o Instituto Gênesis da Puc, quando receberam o investimento dos empreendedores Camila Farani, Luiz (Brownie do Luiz) e Carlos Junior (Sai do Papel). Já em 2018, participaram do programa Shark Tank e receberam um aporte de João

Appolinário (Polishop), seguido pelo aporte da Bee-gein Investimentos em 2021.

“Estamos sempre atentos a oportunidades de negócios sustentáveis e com alto potencial de retorno, e foi exatamente isso que vimos na Kuba”, afirma Ricardo Sasseron, diretor de investimentos do grupo E3 Innovation. “A Kuba contribui para uma sociedade mais sustentável, oferecendo um produto modular que evita o descarte de peças que ainda estão funcionando. Além disso, confiamos na capacidade de execução da equipe para entregar resultados e superar os objetivos traçados, fazendo da empresa um case de sucesso nacional e internacional”, completa.

Startupi

## Startup de micromercados autônomos bate marca de 600 lojas



A empresa Smart Break, atuante no segmento de micromercados, também conhecidos como honest markets, alcançou a impressionante marca de 600 lojas. Com presença em condomínios de São Paulo e Região Metropolitana, a Smart projeta um crescimento de 250% para este ano.

Segundo Rodrigo Colas, fundador e CEO da Smart Break, a startup aumentou significativamente o número de aberturas de lojas desde maio, com o objetivo de encerrar o ano de 2023 com mil lojas abertas. Essa é uma meta desafiadora, conforme ressalta Colas. Atualmente, a Smart tem capacidade para inaugurar 30 lojas, mas pla-

## Startup Br24 foca em Inteligência Artificial Generativa para faturar R\$ 12 milhões em 2023

A Br24, uma plataforma de integração de sistemas que impulsiona resultados em diversos setores de uma organização, está prevendo um faturamento de R\$ 12 milhões em 2023, o que representa um aumento de 20% em relação a 2022. Seu foco está na inteligência artificial generativa (IAG), que vai além da reprodução de textos e informações.

Filipe Bento, CEO da Br24, acredita que a IAG pode ser um grande aliado para o empreendedorismo no Brasil. Ele comenta: “Transformação digital é muito mais do que apenas automatizar fluxos com softwares. É colocar o cliente no centro de toda a estratégia e planejamento, por meio de ações assertivas. A inteligência artificial generativa permite criar soluções que atendam às demandas, necessidades e desejos do cliente”.

O Bitrix24 integra os processos de softwares e aplicativos utilizados por uma empresa, abrangendo quatro pilares:

marketing e vendas, gestão de projetos e tarefas, comunicação interna e automação de processos. Isso é essencial para melhorar o desempenho dos fluxos e aumentar a produtividade das equipes.

O gestor explica como esse trabalho é realizado na prática: “Com a IAG, a relação entre a empresa e seus clientes também se beneficia. A integração dos processos elimina falhas de comunicação, ruídos, retrabalho, desperdício de tempo e custos, e constrói uma relação mais eficaz e duradoura”.

Filipe Bento destaca que cada departamento da empresa que utiliza a plataforma Bitrix24 possui uma área de trabalho virtual, abrangendo desde o financeiro, marketing, vendas, pós-vendas, RH e outras áreas de backoffice. Atualmente, existem 35 ferramentas ativas na plataforma Bitrix e uma loja de aplicativos que facilita o processo de integração. Além disso, muitos aplicativos são desenvolvidos com base nas demandas dos próprios clientes.

Startupi



neja abrir pelo menos 60 lojas por mês até o final do ano, mantendo um ritmo de crescimento acelerado.

Além de alcançar a marca de 600 lojas e estabelecer a meta para o final do ano, a Smart também pretende atingir um faturamento de R\$200 milhões nos próximos meses. O CEO destaca que o modelo de negócio da empresa está se tornando cada vez mais essencial no dia a dia das pessoas. Com a chegada de novos investidores, que não apenas trarão recursos financeiros, mas também conhecimentos valiosos, acredita-se que a empresa está mais preparada para crescer na mesma velocidade exigida pelo mercado. O objetivo é oferecer a melhor experiência de com-

pra e maior comodidade aos clientes. Toda essa movimentação em 2023 é resultado do ano anterior. Em 2022, a Smart registrou um aumento de 350% no faturamento em comparação com 2021. No final do ano passado, a startup recebeu um investimento de R\$36 milhões em uma rodada liderada pela Headline, um fundo gerido pela XP Asset, com Romero Rodrigues como responsável pelo capital de risco. Esse foi o primeiro investimento do fundo no Brasil, e foi destinado à Smart.

“Os recursos serão utilizados em tecnologia para compreender os desejos dos consumidores, a fim de oferecer sempre a melhor experiência de compra”, conclui Rodrigo.

Super Varejo

**Small Batches Holding Ltda.**

CNPJ/MF nº 40.535.175/0001-18 – NIRE 35.236.773.762

**2ª Alteração do Contrato Social e Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima**

Pelo presente instrumento particular: **1. Luiz Paulo Jorge Foggetti**, RG nº 24.655.412-5 SSP/SP e CPF nº 256.888.268-94; **2. Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan**, RG nº 27.022.482-8 SSP/SP e CPF nº 263.569.978-00; **3. N Partners Gestão de Negócios Ltda.**, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 911, Vila Olímpia, São Paulo-SP, CNPJ sob o nº 39.448.383/0001-09, e NIRE 35.236.464.158, neste ato representada por seu administrador, Sr. **Rodrigo Natale**, RG nº 20.932.194-5 SSP/SP e CPF nº 157.216.698-37; **4. Rodrigo Otavio Dias Campos**, RG nº 19.353.113 SSP/SP e CPF nº 174.304.428-38; **5. Ricardo Ciampitti Copia**, RG nº 20.520.957 SSP/SP e CPF nº 164.090.658-41; **6. Alexandre Serignolli D'agostino**, RG nº 29.846.946-7 SSP/SP e CPF nº 302.601.268-88; e **7. Cláudio Delbrueck**, RG nº 22.396.077-9 SSP/SP e CPF nº 257.854.528-63; Unicos sócios desta sociedade, com sede na Rua General Flores, nº 383, Bom Retiro, São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente "Sociedade"; e, ainda, **8. Adriano Polcaro Negrão**, RG nº 25.293.616-4 SSP/SP e CPF nº 258.946.828-86; **9. Christian George Egan**, RG nº 24.949.501-6 SSP/SP, CPF nº 151.686.338-03; **10. Percy Augusto Moreira**, RG nº 28.550.212-8 SSP/SP, CPF nº 264.020.578-19; **11. Jorge Alexandre de Adelino Espanha**, RG nº 58.884.264-9 SSP/SP e CPF nº 745.717.297-15; **12. Rodrigo Vasconcelos Borges**, RG nº 26.380.090-8 SSP/SP, CPF nº 274.223.578-78; **13. Blue Dragon Investments B.V.**, uma sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Holanda, CNPJ sob o nº 35.878.128/0001-37, neste ato representada por Sr. **Marcello Augusto Nesseroba Gonçalves**, RG nº 66.907.255-2 SSP/SP, CPF nº 678.819.897-68; **14. Evan Scott Meyer**, RNE nº F3167650, CPF nº 244.732.108-20; **15. Luis Carlos Bento da Costa Dias**, RG nº 13.857.635 SSP/SP, CPF nº 056.925.238-50; **16. Marcos de Araujo**, portador da cédula de identidade nº 07781433-3 DETRAN/RJ, CPF nº 020.474.007-08; e **17. Carlos Henrique Ribeiro de Moura Brasil**, RG nº 08923007-2 SSP/RJ, CPF nº 014.934.397-31; Tem entre si, justo e acordado, realizar a presente 2ª Alteração do Contrato Social e Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade Anônima, o que fazem de acordo com as seguintes disposições: **Atualização da Qualificação de Sócio**. 1. Primeiramente, deseja o sócio **Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan**, acima qualificado, atualizar o seu endereço de residência e domicílio, o qual permanece na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, passando da Av. Horácio Lafer, nº 120, apto. 232, Itaim Bibi, para a Av. Cardoso de Melo, nº 585, apto. 211-A, conforme já consta refletido no preâmbulo do presente instrumento. **Transformação da Sociedade**. 2. Ato seguinte, os sócios decidem, por unanimidade, transformar o tipo societário da Sociedade, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, com regência pela Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), substituindo cada uma das quotas representativas do capital social por 37 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, de modo que o capital social no valor de R\$ 1.021.000,00, totalmente subscrito e integralizado conforme previsto na 1ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, passará a ser representado por 37.777.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Sociedade passa então a ser denominada "Companhia" e os seus sócios "acionistas". 3. As 37.777.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia são atribuídas aos acionistas na exata proporção das participações atuais, de modo que: (i) 29.910.097 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **Luiz Paulo Jorge Foggetti**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo I; (ii) 46.287 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo II; (iii) 20.387 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **N Partners Gestão de Negócios Ltda.**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo III; (iv) 2.370.109 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **Rodrigo Otavio Dias Campos**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo IV; (v) 2.228.954 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **Ricardo Ciampitti Copia**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo V; (vi) 2.855.623 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **Alexandre Serignolli D'Agostino**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo VI; e (vii) 345.543 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são atribuídas a **Cláudio Delbrueck**, conforme boletim de subscrição constante do Anexo VII. **Aumento do Capital Social**. 4. Os acionistas fazem constar expressamente que o atual capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.021.000,00, se encontra totalmente subscrito e integralizado. 5. Decidem os acionistas então aumentar o capital social da Companhia em R\$ 949.644,00, de modo que passe de R\$ 1.021.000,00 para R\$ 1.970.644,00, mediante a emissão de 2.744.471 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão equivalente a aproximadamente R\$ 0,346021 por ação, totalmente subscritas conforme abaixo discriminado: (i) 21.545 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Adriano Polcaro Negrão**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo VIII; (ii) 21.545 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Christian George Egan**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo IX; (iii) 21.545 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Percy Augusto Moreira**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo X; (iv) 21.602 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Jorge Alexandre de Adelino Espanha**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XI; (v) 273.518 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Rodrigo Vasconcelos Borges**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XII; (vi) 1.390.090 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Blue Dragon Investments B.V.**, acima qualificada, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XIII; (vii) 34.504 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Evan Scott Meyer**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XIV;

(viii) 34.504 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Luis Carlos Bento da Costa Dias**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XV; (ix) 63.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Marcos de Araujo**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XVI; (x) 263.973 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista ingressante **Carlos Henrique Ribeiro de Moura Brasil**, acima qualificado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XVII; (xi) 482.832 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo já acionista **N Partners Gestão de Negócios Ltda.**, acima qualificada, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XVIII; e (xii) 115.600 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pela já acionista **N Partners Gestão de Negócios Ltda.**, acima qualificada, conforme boletim de subscrição constante do Anexo XIX. 6. Fica expressamente formalizado, portanto, que a totalidade do preço de emissão das novas ações, no valor de R\$ 949.644,00, é neste ato integralmente destinado para o capital social da Companhia. 7. A integralidade das 2.744.471 novas ações emitidas pela Companhia são integralizadas pelos respectivos acionistas subscritores, conforme item 5 acima, mediante a capitalização de créditos detidos por cada um deles contra a Companhia. **Alteração da Denominação Social**. 8. Decidem os acionistas, por unanimidade e sem qualquer reserva ou ressalva, alterar a denominação social da Companhia, inclusive a fim de adequá-la ao novo tipo societário, conforme deliberado acima, de modo que a denominação social da Companhia passará a constar como sendo "Small Batches Holding S/A". **Aprovação do Estatuto Social da Companhia**. 9. Ainda em decorrência da transformação do tipo societário da Companhia, bem como das demais decisões tomadas nos itens acima, os acionistas aprovam o novo Estatuto Social da Companhia, o qual segue consolidado na forma do Anexo XX. **Eleição da Diretoria da Companhia**. 10. Com base então no Estatuto Social aprovado, os acionistas decidiram então eleger como membro da Diretoria da Companhia, com mandato de 03 anos contados da presente data, o Sr. **Luiz Paulo Jorge Foggetti**, acima qualificado, a quem caberá as responsabilidades ou representações ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Companhia, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais. 11. O Diretor ora eleito é empossado na presente data mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, e que segue também anexo na forma do Anexo XXI, e declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, que seja por lei especial, em virtude de condenação criminal, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, ainda, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade. E, por estarem justos e contratados, assinam a presente alteração de contrato social (a) de forma física, e/ou (b) por meio de assinaturas eletrônicas, as quais os signatários desde já reconhecem como válidas e eficazes para todos os fins de direito, na forma do artigo 10, § 1º e § 2º da Medida Provisória nº 2.200/2001-2 e do artigo 411, inciso II do Código de Processo Civil, na presença de 02 testemunhas. Este instrumento produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. São Paulo, 20/03/2023. **Acionistas: Luiz Paulo Jorge Foggetti; Luiz Felipe Monteiro Arcuri Trevisan; N Partners Gestão de Negócios Ltda.** Por Sr. Rodrigo Natale; **Rodrigo Otavio Dias Campos; Ricardo Ciampitti Copia; Alexandre Serignolli D'Agostino; Cláudio Delbrueck; Adriano Polcaro Negrão; Christian George Egan; Percy Augusto Moreira; Jorge Alexandre de Adelino Espanha; Rodrigo Vasconcelos Borges; Blue Dragon Investments B.V.** P.p. Sr. Marcello Augusto Nesseroba Gonçalves; **Evan Scott Meyer; Luis Carlos Bento da Costa Dias; Marcos de Araujo; Carlos Henrique Ribeiro de Moura Brasil.** Administrador: **Luiz Paulo Jorge Foggetti.** Visto do Advogado: Nome: Milena Tesser – OAB/SP nº 235.888. **Anexo XX. Estatuto Social. I – Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social. Cláusula Primeira.** A companhia gira sob a denominação social de "Small Batches Holding S/A", regida por este estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis (doravante denominada simplesmente "Companhia"). **Cláusula Segunda.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Flores, nº 383, Bom Retiro, CEP 01129-010, podendo abrir filiais em qualquer cidade do território nacional. **Cláusula Terceira.** A Companhia tem o seu prazo de duração por tempo indeterminado. **Cláusula Quarta.** A Companhia terá por objetivo social a participação no capital social de empresas nacionais, sociedades de qualquer finalidade e das pessoas jurídicas conforme legislação brasileira e nas empresas e sociedades estrangeiras, participando nos lucros, como acionista, sócio, quotista, participante, investidor, membro do consórcio e condomínio, mesmo que temporariamente ou de forma permanente. **II – Do Capital Social. Cláusula Quinta.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.970.644,00, totalmente integralizado, dividido em 40.521.471 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§ 2º.** A propriedade das ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações deverá ser feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". **§ 3º.** A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei, criar e emitir ações preferenciais com ou sem direito de voto, em uso de mais classes. **§ 4º.** Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, nos termos da legislação em vigor. **§ 5º.** A Companhia é vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **III – Assembleia Geral. Cláusula Sexta.** Os acionistas se reunirão em Assembleia Geral (I) ordinariamente, uma vez ao ano, no prazo de até 120 dias a contar do final de cada exercício social, para (a) tomar as contas dos administradores da Companhia e das Subsidiárias; (b) avaliar o balanço patrimonial, a demonstração de resultado econômico e o parecer dos auditores independentes da Companhia e das Subsidiárias e decidir a respeito da aprovação das contas do exercício anterior; (c) distribuir os resultados da Companhia, se houver; e (d) definir a remuneração dos administradores, se for o caso; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia ou de suas Subsidiárias exigirem. Para fins do presente Estatuto Social, "Subsidiárias" devem ser compreendidas como as sociedades nas quais a

Companhia detenha participação societária, direta ou indiretamente. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá ser convocada pela Diretoria, nas hipóteses previstas no presente Estatuto Social e na legislação vigente, sempre por escrito e enviadas por meio de carta com aviso de recebimento ou protocolo ou e-mail com comprovante de recebimento, constando das convocações a ordem do dia, o local, a data e horário da reunião e, no caso de reforma do Estatuto Social, a indicação das matérias a serem alteradas, com antecedência mínima de 08 dias, em primeira convocação, e 05 dias, em segunda convocação. Independentemente das formalidades ora previstas, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º.** Os acionistas poderão outorgar procuração a terceiros para representá-los em Assembleia Geral e em quaisquer atos societários. **§ 3º.** Será considerado presente à respectiva Assembleia Geral o acionista que tenha decidido por escrito sobre as matérias que sejam objeto de tal Assembleia Geral. **§ 4º.** Fica desde já autorizada a assinatura digital de Assembleia Geral (ou de qualquer outra deliberação dos acionistas) por meio de certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil e/ou por meios de certificação admitidos pelas partes como válidos e de acordo com a Medida Provisória 2.200/2001. **§ 5º.** Qualquer Assembleia Geral instalada com a presença de acionistas que representem o quórum mínimo previsto para a aprovação das deliberações a serem tomadas, segundo a ordem do dia da Assembleia Geral em questão. **Parágrafo Sexto.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo acionista que for indicado pelos demais, que convidará outro acionista, dentre os presentes, para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Sétimo.** Todas e quaisquer matérias que devam ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral exigirão a aprovação por acionistas que representem, no mínimo, 50%+1 das ações ordinárias emitidas pela Companhia, salvo quando quórum maior for exigido por lei ou se de outra forma previsto no presente Estatuto Social. **IV – Da Administração da Sociedade. Cláusula Sétima.** A administração da Companhia competirá a uma Diretoria, composta de, no mínimo, 01 administrador, pessoa física, sócio ou não, residente e domiciliado no Brasil, investido de todos os poderes de gestão e representação da Companhia para realizar todos e quaisquer atos necessários à consecução do objeto social da Companhia, representando-a ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em conformidade com as disposições da lei, do presente Estatuto Social e das deliberações tomadas em Assembleia Geral. **§ 1º.** Dentre as demais competências previstas em lei e no presente Estatuto Social, competirá à Diretoria: (a) Representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia, observado o disposto na lei, no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas; (b) Zelar pela observância da lei, do presente Estatuto Social e do Acordo de Acionistas; (c) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, bem como reportar suas atividades para os Acionistas; e (d) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais. **§ 2º.** Os administradores, denominados Diretores sem designação específica, serão eleitos e destituídos mediante deliberação de acionistas em Assembleia Geral, e tomarão posse de seus cargos mediante a assinatura de Termo de Posse devidamente lavrado no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os administradores da Companhia serão eleitos com prazo de mandato de 03 anos, permitidas reeleições. **§ 3º.** A Companhia será sempre representada por 01 administrador ou por 01 procurador com poderes especiais, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento de mandato. Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão contemplar poderes específicos e ter limitação temporal de até 01 ano (exceto as procurações ad judicia, para representação em processos judiciais e administrativos que podem ser outorgadas por prazo indeterminado). **§ 4º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer dos sócios, diretores ou procuradores, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, respondendo o infrator desta Cláusula por perdas e danos. **V – Do Exercício Social. Cláusula Oitava.** O exercício social coincidirá com o ano calendário, sendo que no dia 31 de dezembro de cada ano, serão levantadas as demonstrações financeiras correspondentes previstas em lei. **§ 1º.** O lucro líquido apurado pela Companhia após o encerramento de cada exercício social terá a seguinte destinação, conforme formalmente deliberado pelos acionistas, anualmente, em Assembleia Geral Ordinária: (a) O valor correspondente a 5% será destacado e destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá o valor correspondente a 20% do capital social; (b) Os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório no valor correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido apurado pela Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores; (c) O saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores desta cláusula, terá a destinação determinada por acionistas, tudo conforme o disposto no artigo 176, § 3º, e 132, II, da Lei das Sociedades por Ações, e alterações posteriores, observadas as disposições contidas no artigo 134, § 4º da referida Lei. **§ 2º.** A Companhia poderá declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos intermediários e/ou intercalares, conforme o caso, (a) à conta do lucro apurado em balanços semestrais; (b) à conta de lucros apurados em balanços trimestrais, bimestrais ou mensais, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante de reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores; e (c) à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 3º.** Não obstante o mencionado nas Cláusulas acima, a Companhia poderá antecipar lucros ou levantar balanços e distribuir lucros em períodos inferiores ou superiores. **VI – Da Dissolução da Sociedade. Cláusula Nona.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração, devendo ainda serem observadas as disposições constantes nos acordos de acionistas da Companhia. **VII – Disposições Finais.** Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de quaisquer divergências oriundas do presente Estatuto Social. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 136.942/23-4 e NIRE 35.300.613.163 em 10/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Papunya Empreendimentos S.A.**

CNPJ nº 23.525.010/0001-46

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em reais - R\$)**

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022
<b>Ativo / circulante</b>	<b>149.947,86</b>	<b>109.708,43</b>	<b>Receita bruta</b>	<b>465.983,50</b>	<b>418.292,83</b>
Caixa e equivalente de caixa	149.947,86	109.708,43	Dedução da receita	(17.008,41)	(15.267,71)
Ativo não circulante	4.062.536,26	4.081.148,73	<b>Resultado líquido</b>	<b>448.975,09</b>	<b>403.025,12</b>
Imobilizado	4.062.536,26	4.081.148,73	<b>Resultado bruto</b>	<b>448.975,09</b>	<b>403.025,12</b>
Imóveis	4.062.536,26	4.081.148,73	Despesas administrativas	(197.743,10)	(169.681,24)
<b>Total do ativo</b>	<b>4.212.484,12</b>	<b>4.190.857,16</b>	Despesas financeiras	(1.181,23)	(1.193,18)
<b>Passivo / circulante</b>	<b>11.105,89</b>	<b>9.647,50</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>4.048.240,00</b>	<b>32.783,78</b>
Obrigações fiscais	1.480,32	1.319,04	Reserva legal estatutária	-	12.508,43
Provisão CSLL e IRPJ	9.625,57	8.328,46	Dividendos	-	(230.000,00)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.201.378,23</b>	<b>4.181.209,66</b>	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>250.168,57</b>
Capital social	4.048.240,00	4.048.240,00	Constituição de reservas	-	(12.508,43)
Reserva legal estatutária	45.292,21	32.783,78	<b>Saldos finais</b>	<b>4.048.240,00</b>	<b>45.292,21</b>
Lucros ou prejuízos acumulados	107.846,02	100.185,88	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>250.168,57</b>	<b>250.168,57</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>4.212.484,12</b>	<b>4.190.857,16</b>	<b>Aumento ou redução no ativo e passivos operacionais</b>	<b>250.168,57</b>	<b>250.168,57</b>
Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 4.212.484,12.					
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>		<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto</b>		<b>Atividades de investimento</b>	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>250.168,57</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>250.168,57</b>	<b>Obrigações fiscais</b>	<b>161,28</b>
Resultados abrangentes	-	Provisão CSLL e IRPJ	1.297,11	<b>Lucros distribuídos</b>	<b>(230.000,00)</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos</b>	<b>250.168,57</b>	<b>Outros débitos</b>	<b>-</b>	<b>Total de atividades de investimento</b>	<b>(230.000,00)</b>
<b>Notas Explicativas: 1. Informações Gerais: A Papunya Empreendimentos S.A. é uma sociedade anônima com sede na Cidade de Jaguariuna-SP e tem como principais atividades a compra, a venda, a locação e a administração de bens próprios, e a participação societária em outras sociedades, preponderantemente não financeiras na condição de sócia ou acionista. 2. Principais Políticas Contábeis: As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3. Tributação: A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social foi calculada com base no Lucro Presumido obedecendo ao regime de competência. O PIS e o COFINS foi calculado pelo regime cumulativo obedecendo ao regime de competência. 4. Capital Social: O Capital Social da sociedade anônima, subscrito é composto de 4.048.240 sendo 4.048.238 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 2 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.</b>					
<b>Flavia S. P. Telles Rudge</b> - Diretora Presidente			<b>Mituaki Fukabori</b> - Contador Responsável - CRC: 1SP119078/O-4		

Coroa (Suécia) - 0,4446  
Dólar (EUA) - 4,8056  
Franco (Suíça) - 5,3652  
Iene (Japão) - 0,03328  
Libra (Inglaterra) - 6,1185  
Peso (Argentina) - 0,01856  
Peso (Chile) - 0,006034  
Peso (México) - 0,2824  
Peso (Uruguai) - 0,1283  
Yuan (China) - 0,6661  
Rublo (Rússia) - 0,054  
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2391

### Accountability Academy Serviços de Educação Ltda.

CNPJ/MF nº 49.641.701/0001-07 – NIRE 35.260.765.413

#### Ata para Redução de Capital Social

Aos 26/06/2023, às 10h00, na sede da Sociedade, na presença da quotista, **Debora Zonzini Correa Bueno**, representando a totalidade do capital social, aprova a proposta de redução do capital social, reduzindo-se o capital social atual de **R\$ 300.000,00**, para **R\$ 3.000,00**, correspondendo tal redução a **R\$ 297.000,00**. Considerando que o capital social está apenas subscrito, não haverá o reembolso de quotas. A presente ata será publicada na forma da lei e, transcorrido 90 dias da data de sua publicação, sem qualquer impugnação, será a mesma levada a registro, ocasião em que se promoverá a competente alteração de contrato social.

### Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares S.A.

CNPJ nº 57.417.537/0001-79 - NIRE 35.300.614.739

#### Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de junho de 2023

**1. Data/hora/local:** 23/06/2023, 13h, na sede. **2. Assembleia Digital:** A ata foi assinada eletronicamente por todos os acionistas. **3. Convocação e presenças:** Convocação dispensada em razão da presença dos acionistas titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão. **4. Mesa:** Presidente: Marcos Aurélio Meneguetti; Secretária: Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti. **5. Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre a ratificação da deliberação da Diretoria pela distribuição de dividendos intermediários aos acionistas. **6. Deliberações aprovadas:** A presente ata fosse lavrada na forma de sumário. **6.1.** A distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no montante de R\$ 1.200.000,00, conforme Balanço Patrimonial especialmente levantado em 20/06/23. **6.2.** O montante foi pago em moeda corrente nacional até a presente data aos acionistas da Companhia. **6.3.** Autorizar os representantes legais da Cia. a tomarem todas as medidas cabíveis para implementar as deliberações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa para lavratura da presente. JUCESP nº 1.109.142/23-7 em 27/06/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

### Empresa de Transportes Itaquera Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 08.571.173/0001-71 – NIRE 35.300.338.219

#### Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária Extraordinária

Os senhores acionistas ficam convocados para se reunirem em AGO/AGE na sede da Companhia às 09h30 do dia 07.07.23 em 1ª convocação, na sede social, às 09h30 do dia 12.07.23, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia. Em AGO, as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S/A. Em AGE: 1- Eleição da Diretoria para o triênio 01/07/23 a 01/07/26 – Outros assuntos do interesse da Companhia. Aviso: Os documentos do artigo 133 da Lei 6.404/76 estão disponíveis aos Senhores Acionistas na sede social e podem ser solicitados via internet. São Paulo, 03/07/2023. (04, 05 e 06/07/2023)

### HSI Gestora de Fundos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 03.539.353/0001-52 - NIRE 35.231.744.900

#### Ata de Reunião de Sócios realizada em 29 de junho de 2023

**Data, hora e local:** Em 29/06/2023, 12h, na sede social HSI Gestora de Fundos Imobiliários Ltda.. **Presença:** HSI LTD., CNPJ nº 44.127.808/0001-00, com sede na cidade de George Town, Ilhas Cayman. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Sr. Felipe Gaiad, presidente; Sr. Rafael Mazzini Coelho Teixeira, secretário. **Deliberações aprovadas:** A redução de capital da Sociedade no montante de R\$4.000.000,00, mediante o cancelamento de 4.000.000 de quotas de emissão da Sociedade, passando o capital social de R\$4.994.540,00, dividido em 4.994.540 quotas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, para R\$994.540,00, dividido em 994.540 quotas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Diante aprovação o Contrato social passa a vigorar: **"Cláusula 5ª.** O capital social da Sociedade é de R\$994.540,00, dividido em 994.540 quotas, no valor de R\$1,00 cada, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas e assim divididas entre os Sócios: **Sócios:** HSI Ltd; **Nº de Quotas:** 994.540; **Percentual:** 100,00%; **Valor (R\$):** 994.540,00. **Total de Nº de Quotas:** 994.540; **Total do Percentual:** 100,00%; **Total do Valor (R\$):** 994.540,00. Nada mais. São Paulo, 29/06/2023.

### Cia Santafé Imóveis

CNPJ/MF nº 60.613.189/0001-10 – NIRE 35.300.065.883

#### Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Convidam-se os senhores acionistas da Cia Santafé Imóveis a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede social, na cidade de São Paulo, à Rua Mourato Coelho, nº 90, no dia 13 de Julho de 2023, às 10hs horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição da Diretoria; b) Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 20 de Junho de 2023. **Lucia Ferreira de Almeida Prado** – Presidente. (01, 04 e 05/07/2023)

### Dierberger Agrícola S.A.

CNPJ nº 51.462.349/0001-86 - NIRE 3530006269-8

#### Assembleia Geral Extraordinária - Edital de 2ª Convocação

São convocados os senhores acionistas desta Companhia, para se reunirem em AGE, que se realizará em segunda convocação no dia 10/07/23, às 10h, na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita/SP, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Alteração da redação parcial do Estatuto Social; b) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/21 e 31/12/22; c) Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Achem-se à disposição dos senhores acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 04/07/23. **João Andreas Dierberger**, Diretor Presidente. (04, 05 e 06/07/23)

## Ibovespa cai 0,50%, aos 119 mil, com liquidez fraca por feriado nos EUA

O dia foi de variações contidas para o Ibovespa, em viés moderadamente negativo. Sem contar com catalisadores domésticos, em sessão de agenda fraca aqui e sem a referência de Nova York no feriado da Independência dos Estados Unidos, o índice da B3 fechou em baixa de 0,50%, aos 119.076,37 pontos, entre mínima de 118.830,47 (-0,70%) e máxima de 119.677,86, quase correspondente à

abertura, aos 119.672,95. Muito fraco, o giro ficou em R\$ 12,7 bilhões na sessão. Na semana e no mês, o Ibovespa avança 0,84% e, no ano, ganha 8,51%.

Com alta na casa de 2% para o petróleo nesta terça-feira, o leve avanço de Petrobras (ON +0,24%, PN +0,23%) foi o contraponto às perdas – em geral também discretas – em outros carros-chefes da B3, como o setor metálico (Vale ON -0,50%, Gerdau PN -0,19%) e o financeiro (Santander Unit -2,04%, Bradesco ON -1,01%). Na ponta do Ibovespa, destaque para Pão de Açúcar (+9,94%), MRV (+6,96%) e Braskem (+5,35%), com Rede D'Or (-3,67%), Hapvida (-2,26%), Santander (-2,04%) e Magazine Luiza (-2,03%) no lado oposto.

IstoÉDinheiro

### Izix Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

CNPJ/MF nº 48.692.027/0001-19 - NIRE 35260290598

#### Instrumento Particular de 2ª Alteração ao Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **Augusto Moraes Salles Manarini**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.604.800-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 182.047.538-70, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Selma Parada, 201, edifício 1, sala 122, Condomínio Galleria Office Park, Jardim Madalena, Campinas, SP, CEP 13091-904, Brasil; único sócio de **Izix Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, sociedade empresária limitada brasileira com sede na Avenida Selma Parada, 201, edifício 1, sala 122, Condomínio Galleria Office Park, Jardim Madalena, Campinas, SP, CEP 13091-904, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.692.027/0001-19, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35260290598 ("Sociedade"), **Resolve**, sem reserva, alterar o contrato social da Sociedade pela segunda vez, nos seguintes termos e condições: 1. O sócio **Augusto Moraes Salles Manarini**, acima qualificado, titular da totalidade das 1.000 quotas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, neste ato, cede e transfere, como de fato cedido e transferido tem, onerosamente, 1 quota do capital social da Sociedade, no valor total de R\$ 1,00, com todos os direitos e obrigações inerentes a essa quota, livre e desembaraçada de quaisquer ônus ou gravames, para **Aumacon Consultoria e Empreendimentos Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede na Rua Maria Lucia de Souza Rangel Ricci, 21, Residencial Jatibela, Campinas, SP, CEP 130097-222, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.998.591/0001-99, registrada na JUCESP sob o NIRE 35217402665, neste ato representada por seu administrador **Augusto Moraes Salles Manarini**, acima qualificado, que ora ingressa na Sociedade, como nova sócia. 2. Ato contínuo, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil") e dos artigos 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), os sócios resolvem transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações. 3. Em razão da transformação aprovada no item 1 acima, os sócios aprovam a conversão das quotas da Sociedade, todas subscritas e integralizadas, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, à razão de 1 quota para 1 ação, passando o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 1.000,00 a ser representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal já totalmente integralizadas. O capital social e a participação de cada sócio permanecem inalterados, sendo que (i) 999 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, são subscritas pelo acionista **Augusto Moraes Salles Manarini** e (ii) 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal é subscrita pela acionista **Aumacon Consultoria e Empreendimentos Ltda.**, conforme boletins de subscrição anexados ao presente instrumento na forma do Anexo 1. 4. Os sócios aprovam a alteração da denominação social da Sociedade de **Izix Desenvolvimento Imobiliário Ltda.** para **Izix Desenvolvimento Imobiliário S.A.** 5. Os sócios aprovam o novo estatuto social que rege a Sociedade, que passa a vigor na forma do Anexo II ao presente instrumento. 6. Os sócios elegem o Sr. **Augusto Moraes Salles Manarini**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.604.800-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 182.047.538-70, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Selma Parada, 201, edifício 1, sala 122, Condomínio Galleria Office Park, Jardim Madalena, Campinas, SP, CEP 13091-904, Brasil, para o cargo de Diretor, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2026. O diretor ora eleito, quando da sua investidura, assinará o termo de posse, na qual declarará, sob as penas de lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, nem condenado ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeça de exercer atividades mercantis, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. O diretor permanecerá no exercício de suas funções até a posse de seu substituto. 6. Os sócios resolvem não instalar o Conselho Fiscal. E, para os fins do § 3.º do artigo 1.072, do Código Civil, os sócios firmam o presente eletronicamente. Campinas, 17/04/2023. **Augusto Moraes Salles Manarini**, **Aumacon Consultoria e Empreendimentos Ltda.**, Por: Augusto Moraes Salles Manarini, Administrador, Visto do advogado: Paulo Inácio Calandrino, OAB/SP nº 314.867. JUCESP/NIRE nº 3530061612-0. JUCESP nº 199.356/23-3 em 16/05/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, Objeto, Sede e Prazo. Art. 1.º** A Izix Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida por este estatuto social e legislação aplicável, com sede e foro na Avenida Selma Parada, 201, edifício 1, sala 122, Condomínio Galleria Office Park, Jardim Madalena, Campinas, SP, CEP 13091-904, Brasil. Único. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia está autorizada a abrir ou encerrar filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território brasileiro, ou no exterior. **Art. 2.º** A Companhia tem por objeto social: I – a administração de imóveis próprios ou de terceiros; II – a locação, aquisição, venda, permuta, ou negociação de bens imóveis; III – a participação em empreendimentos imobiliários; IV – a execução de obras de construção civil; V – a prestação de serviços de gerenciamento e administração de obras; VI – a prestação de serviços de consultoria ligada ao mercado imobiliário; e VII – a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, e em consórcios. **Art. 3.º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Art. 4.º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional ou em bens, é de R\$1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação dá direito a um voto nas assembleias gerais. **Art. 5.º** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos. **§ 1.º** Cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais. **§ 2.º** As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Capítulo III. Assembleia Geral. Art. 6.** Os acionistas reunir-se-ão em assembleia geral, ordinariamente, nos quatro primeiros meses de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem ou nos casos previstos em lei e neste estatuto social. Além das hipóteses previstas em lei, a assembleia geral poderá ser convocada por qualquer um dos diretores. **Art. 7.** Além das demais matérias de competência da assembleia geral por força de lei ou deste estatuto social, as seguintes matérias dependerão de deliberação da assembleia geral: a) aquisição, subscrição, alienação ou, oneração, alienação de qualquer participação em outra sociedade; b) alienação ou oneração de bens do ativo permanente, imobilizado ou intangível da Companhia; c) contratação de empréstimos ou financiamentos; d) outorga de garantias reais ou fidejussórias ou a assunção de obrigações no interesse exclusivo de terceiros, salvo se para garantia de obrigações de outras sociedades pertencentes ao grupo econômico da Companhia; e) celebração de qualquer contrato com acionistas ou administradores da Companhia ou suas respectivas afiliadas. **Art. 8.** A assembleia geral será instalada e presidida por qualquer acionista escolhido entre os presentes, devendo o presidente da assembleia geral escolher um dos presentes para servir de secretário. **Capítulo IV. Administração. Art. 9.** A Companhia será administrada por uma diretoria composta por 1 ou mais diretores, com residência ou não no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, para um mandato unificado de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1.º** Os diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões da diretoria. **§ 2.º** Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **§ 3.º** Os administradores da Companhia terão os deveres e responsabilidades estabelecidos neste estatuto social e na legislação aplicável. **Art. 10.** Observado o disposto no Artigo 7, a Companhia será representada por qualquer 1 diretor ou 1 procurador com poderes específicos. **Art. 11.** Observado o disposto no Artigo 10, as procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes outorgados e, ressalvadas daquelas para fins judiciais, administrativos ou arbitrais, deverão ter prazo de duração de até 1 ano. Na ausência de determinação do período de validade da procuração outorgada pela Companhia, presumir-se-á que a mesma foi outorgada pelo prazo de 1 ano. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Art. 12.** A Companhia terá um conselho fiscal, composto de 3 membros e igual número de suplentes, que funcionará em caráter não permanente. **Art. 13.** Os membros do conselho fiscal serão eleitos pela assembleia geral que deliberar sua instalação, a qual também fixará a remuneração dos seus membros, observadas as disposições legais aplicáveis. **Art. 14.** O conselho fiscal terá as atribuições e poderes previstos na lei. **Capítulo VI. Exercício Social. Art. 15.** O exercício social terá início em 1.º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 16.** Ao final de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, submetendo-as à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **§ 1.º** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da assembleia geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados. **§ 2.º** A Companhia, mediante deliberação da assembleia geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório. **Art. 17.** O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação: a) 5% para a reserva legal, observado o limite estabelecido na Lei 6.404/76; b) 10% serão distribuídos como dividendo obrigatório, observadas a legislação aplicável; e c) após qualquer retenção prevista em orçamento aprovado pelos acionistas, se for o caso, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela assembleia geral. **Capítulo VII. Liquidação. Art. 18.** A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à assembleia geral nomear o liquidante e estabelecer o modo de liquidação. **Art. 19.** Para todas as questões oriundas deste estatuto, fica desde já eleito o foro da central da Cidade de Campinas/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### EZS Informática S.A.

CNPJ nº 06.234.798/0001-12 - NIRE nº 35.300.510.607

#### Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de março de 2023

**Data/Hora/Local:** 20/03/2023, 9hs, na sede social. **Convocação e presença:** Presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. **Cristiano Lincoln de Almeida Mattos**, presidente; **Marcos Mancini Keating**, secretário. **Deliberação aprovada:** (i) A distribuição de dividendos obrigatórios apurados no exercício social encerrado em 31/12/2022, no valor de R\$ 2.597.346,18, sendo que o referido montante será pago a Acionista no dia 20/03/2023. Nada mais. São Paulo/SP, 20/03/2023. **Mesa:** **Cristiano Lincoln de Almeida Mattos** e **Marcos Mancini Keating**. **Acionista:** **Tempest Serviços de Informática S.A.**, Por: Cristiano Lincoln de Almeida Mattos e Por: Marcos Mancini Keating. JUCESP nº 161.137/23-4 em 27/04/23. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

datamercantil.com.br

### DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 4,805 / R\$ 4,8056 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,8370 / R\$ 4,8390 \*

Turismo - R\$ 4,9300 /

R\$ 5,0360

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: +0,68%

OURO BM&F

R\$ 291,50

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,49%

Pontos: 119.076

Volume financeiro:

R\$ 12,756 bilhões

Maiores altas: MRV

ON (6,96%), TIM ON

(1,26%), Locaweb ON

(0,56%)

Maiores baixas: Minerva

ON (-1,63%), Raia

Drogasil ON (-1,15%),

Azul PN (-1,03%)

S&P 500 (Nova York):

0,12%

Dow Jones (Nova York):

0,03%

Nasdaq (Nova York):

0,21%

CAC 40 (Paris): -0,23%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,26%

Financial 100 (Londres):

-0,1%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,98%

Hang Seng (Hong Kong):

0,57%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,04%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,16%

Merval (Buenos Aires):

1,11%

IPC (México): -0,86%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2023: 0,84%

Março 2023: 0,71%

Abril 2023: 0,61%

Mai 2023: 0,23%

## Negócios

### Montadora chinesa BYD vai investir R\$ 3 bilhões para fabricar carros elétricos na Bahia



A montadora chinesa BYD (Build Your Dreams) anunciou oficialmente na terça-feira (4) a implantação de um complexo industrial para a produção de veículos elétricos em Camaçari (50 km de Salvador) com investimento de R\$ 3 bilhões.

Em um ato festivo em frente ao Farol da Barra, em Salvador, com a participação do Olodum e Ilê Aiyê, a empresa chinesa celebrou a implantação daquela que será a primeira indústria de carros elétricos do Brasil. A expectativa é de geração de novos 5.000 empregos diretos, sendo 1.000 deles já na primeira fase de operação da fábrica, prevista para o quarto trimes-

tre de 2024. O complexo será composto por três fábricas. Uma será dedicada à produção de carros elétricos e híbridos, com capacidade estimada em 150 mil unidades ao ano na primeira fase, podendo chegar a 300 mil unidades.

A segunda fábrica vai produzir chassis para ônibus e caminhões elétricos. A terceira indústria será voltada ao processamento de lítio e ferro fosfato e atenderá ao mercado externo, utilizando-se da estrutura portuária da Bahia.

“Não estamos falando só de uma fábrica. Estamos falando de um novo modelo, de uma concepção de que vem como exigência de um novo mundo, com energias renováveis”, afirmou o governador

da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT).

A vice-presidente executiva da BYD e CEO da companhia para as Américas, Stella Li, definiu o investimento como um “marco para a história do Brasil”.

“As novas fábricas no Brasil vão permitir a introdução e aceleração da eletromobidade no país, um movimento chave para combater as mudanças climáticas”, afirmou.

O pacote de benefícios fiscais oferecido pelo governo da Bahia à montadora chinesa, semelhante ao que era concedido à Ford, inclui uma redução de 95% do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

João Pedro Pitombo/Folhapress

### Na guerra contra os gigantes do streaming, Roku quer “comer pelas beiradas”



A Roku, uma empresa americana que transforma televisões comuns em smart TVs, está investindo no streaming para aumentar sua competitividade. Com concorrentes como Amazon e Google, que são plataformas de streaming e também vendem dispositivos semelhantes, a Roku identificou uma oportunidade de crescimento no Brasil: estabelecer parcerias com empresas médias e pequenas localizadas fora dos grandes centros.

“André Romanon, country manager da Roku no Brasil, afirma em entrevista ao NeoFeed: ‘Na nossa visão, o streaming será o futuro da TV. No entanto, para isso, é necessário ter uma operação que atenda às necessidades de

### Startups usam inteligência artificial para destravar R\$ 50 bilhões em crédito

A Docket, legaltech (como se chamam as startups da área jurídica) afirma ter destravado R\$ 50 bilhões nos últimos cinco anos por meio de sua plataforma para empresas que buscavam financiamento no mercado.

Utilizando ferramentas de inteligência artificial, a startup se realiza a busca de documentos exigidos, já realiza a pré-análise da papelada, o que envolve certidões e licenças.

Inicialmente, o negócio está centrado em empresas: construtoras interessadas em obter financiamento para as obras do Minha Casa Minha Vida, por exemplo, e agricul-

tores que miram o crédito ligado ao Plano Safra.

Os robôs empregados conseguem pesquisar mais 200 tipos de documentos públicos e analisam os dados. De acordo com a Docket, esse trabalho reduz em até 80% o tempo médio de espera para a aprovação do crédito.

A Docket foi fundada em 2016 por Flavio Castaldi, Pedro Roso, e Rodrigo Lopes. Em 2018, começou a atuar para o mercado B2B e recebeu investimentos de fundos como a Kaszek Ventures, Valor Capital, ONE-VC, Canary, Wayra, Gerdau Next Ventures e Bradesco.

Julio Wiziack/Folhapress



custo-benefício dos produtos, conteúdo relevante e facilidade de acesso aos serviços”.

De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em março (último dado disponível), as empresas de pequeno e médio porte representavam mais da metade dos 45,8 milhões de clientes de banda larga fixa no Brasil. No entanto, ao contrário de empresas como Claro, Vivo e Oi, essas empresas menores não conseguem oferecer planos que incluam serviços de TV por assinatura. A solução é apostar no streaming.

A Roku vê esse segmento de clientes como uma oportunidade a ser explorada. Esses provedores precisam firmar parcerias com uma empresa

que ofereça acesso a plataformas como Netflix, Prime Video e Star (sendo necessário ser assinante desses serviços), além de fornecer o dispositivo (com preços a partir de R\$ 299). Também é importante que a empresa tenha canais próprios com filmes e séries de estúdios como Sony Pictures, Warner Bros e Paramount Pictures, entre outros.

Para fornecer o equipamento para esses clientes B2B, a Roku vende os produtos de forma facilitada ou faz leasing. Nesse sentido, a empresa fechou parceria com a Celeti, uma empresa do Rio de Janeiro que aluga equipamentos para provedores e atende cerca de 4,5 mil empresas, totalizando 12 milhões de clientes.

Biznews